

CDU 869.0(81) Freyre.06

Autoria e Compromisso Social em Gilberto Freyre

Otamar de Carvalho¹

Prólogo

A boa vontade e o interesse da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, acolhendo este texto, fazem dele uma espécie de “obra recuperada”. Foi escrito, meio às carreiras, em 1981, como trabalho acadêmico, preparado para atender as exigências da cadeira *Evolução das Funções do Estado na Economia Capitalista* – ministrada pelo professor João Manuel Cardoso de Mello –, quando eu fazia o doutorado em Economia, na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Lido, ainda em 1981, por Sérgio Mário Pasquale, então secretário-geral do Ministério da Educação e Cultura, foi por ele enviado a Fernando de Mello Freyre, presidente da FUNDAJ, que o passou, em seguida, a seu pai, o escritor Gilberto Freyre.

No final de 1981, ou em princípio de 1982, fui convidado por Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti, superintendente da Fundação Joaquim Nabuco, para visitar o escritor em seu gabinete, na FUNDAJ. Entusiasmado com a idéia, acertei o encontro com o Mestre. O mais importante, naquela ocasião, foi eu ter podido constatar que um autor do porte de Gilberto Freyre, então com 81 anos de idade, tivesse se preocupado em escrever comentários a respeito de um texto sobre sua obra, escrito por autor desconhecido. Essa atitude mostrou-me o grande significado da autoria, seja como responsabilidade técnica ou social, de quem é ou pretende ser autor. Pude ver, então, como a obra por mim estudada se encontrava permeada por tal singularidade.

¹ Eng. agrônomo pela UFCE, economista pela UFPE e doutor em economia pela UNICAMP.

Conversei durante quase toda uma tarde com Gilberto Freyre, tempo no transcurso do qual não faltou o tradicional suco de pitanga, feito com frutas do pomar do solar de Apipucos. Para mim, a conversa, além de agradável, foi enriquecedora. Falei-lhe sobre como chegara a conhecer sua obra e o tempo que levava para me decidir a lê-la. Cheguei a confessar que, antes de minha experiência na Unicamp, eu descartara a leitura de *Casa-grande & senzala* e outros livros seus, por considerá-lo um autor politicamente conservador. Minha escola, desde as leituras da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e da SUDENE, onde trabalhei, durante 10 anos, de 1962 a 1972, tinham-me feito acreditar que eu ganharia muito pouco com a leitura de seus livros. Ele não se mostrou aborrecido, nem decepcionado. Foi natural, até porque ele já lera o texto que eu produzira sobre sua obra, e vira como eu havia-me enganado. Além do mais, já estava acostumado a ouvir manifestações daquela natureza. Comoveu-me, no curso de nossa conversa, o telefonema por ele recebido do jornal *Diário de Pernambuco*, pedindo-lhe a entrega de um artigo que ficara de escrever. O telefone foi atendido com extrema satisfação. Na hora, Fernando Freyre ainda chegou a lhe dizer: “meu pai, não sei por que o senhor ainda escreve esses artigos, que lhe tomam tanto tempo!” Respondeu-lhe o escritor: “escrevo porque gosto. Gosto mais de escrever para o *Diário de Pernambuco* do que para um jornal estrangeiro.” E riu, gostosamente.

Depois daquela conversa, pensei, várias vezes, em retomar o texto de 1981, para cuidar de sua revisão e publicação. Mas os tempos de elaboração de tese na Unicamp e os compromissos profissionais não me deixaram. Continuei, entretanto, com a idéia de que era preciso voltar ao assunto.

Nesse meio tempo, comecei a ler e ouvir manifestações de escritores e pensadores como Darcy Ribeiro, que produziu, pioneiramente, um dos mais importantes depoimentos já apresentados sobre o autor aqui tratado (Ribeiro: 1986, p. 109-173), Celso Furtado, que afirmou haver recebido maior influência de Gilberto Freyre do que de Caio Prado Jr. (Laback; Schwartz: 1992, p. 6-10) e Antônio Callado, que além de se manifestar, com

muita cortesia, a favor da obra de Gilberto Freyre, escreveu dois belos artigos, destacando a extraordinária importância para o Brasil da obra do sociólogo de Apipucos (Callado: 1993 e 1996). Admirei as expressões utilizadas por esses autores. Pelo que eu tinha lido e aprendido a gostar na obra do escritor, as manifestações daqueles autores soavam-me como um grande e definitivo reconhecimento. O *Caderno Mais!*, da *Folha de S. Paulo*, de 12 de março de 2000, com o título "Céu & Inferno, de Gilberto Freyre", dedicado a esse escritor, ressalta e honra sua obra, com artigos de Evaldo Cabral de Mello, Peter Burke, Roberto Ventura, Elide Rugai Bastos, Hermano Vianna, Omar Ribeiro Thomaz, Enrique Larreta, José Mário Pereira e Gilberto Vasconcellos. Traz, também, duas entrevistas. Uma do presidente Fernando Henrique Cardoso, sobre Gilberto Freyre, concedida a Mário Cesar Carvalho, e outra, inédita, de Gilberto Freyre com Betty Milan. Traz, por fim, um poema de Manuel Bandeira, sob o título *Casa-grande & senzala* (auto-caricatura de Gilberto Freyre). Reconhecimento que até então lhe era creditado apenas pelos que estavam do seu lado (Marras: 2000, p. 18-49).

Ao atender o convite dos *Cadernos de Estudos Sociais*, da Fundação Joaquim Nabuco, para divulgar o texto preparado em 1981 e revisado posteriormente, o fiz com o propósito de também prestar minha homenagem ao autor de *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso*, no centenário de seu nascimento. O que de mais relevante pode haver no presente texto consiste na demonstração de que a obra de Gilberto Freyre interessa não apenas a sociólogos e antropólogos. Interessa também a economistas e a quantos pretendam compreender as origens, a formação e o desenvolvimento das relações sociais de produção que caracterizam a sociedade brasileira. Além deste Prólogo, o texto está estruturado pelos seguintes itens: uma breve introdução sobre a magnitude de sua obra; uma discussão sobre os principais elementos configuradores de cada um dos seus três ensaios já referidos; e, por fim, a transcrição dos comentários feitos por Gilberto Freyre a respeito do texto aqui apresentado.

1. Magnitude da Obra

É trabalho para quase uma vida, o estudo da obra de Gilberto Freyre, nem tanto por seu alentado volume e extensão, mas pelo que sua construção (sociológica e antropológica) possibilitou, em matéria de compreensão do que foram a constituição, a evolução e as mudanças da sociedade brasileira, do Brasil Colônia à República. De concreto, Gilberto Freyre traça não apenas o perfil da sociedade brasileira, ao longo de sua história, mas vai fundo na análise dos elementos que a conformaram social e antropológicamente. Ele não desce a grandes descrições sobre sua formação econômica, mas não deixa de pontuar seus traços essenciais, à medida que mostra os resultados da exploração econômica verificada no Brasil nas diferentes fases características de sua evolução. Fornece, inclusive, pistas importantes, para elucidar os movimentos do “velho” capital mercantil, que dominou as esferas da produção e da circulação, pelo menos, até as três primeiras décadas do século XX.

Sua obra é vasta e ampla, cobrindo desde livros – muitos deles notoriamente reconhecidos em vários países –, opúsculos, organização de obras coletivas, direção de publicações periódicas e seriadas, contribuições em obras coletivas, prefácios e apresentações, colaboração em revistas, entrevistas e trabalhos incluídos em antologias. O número de livros por ele publicados, começando com o clássico *Casa-grande & senzala*, eleva-se a 66. O número de opúsculos é maior, aproximando-se de uma centena. Na organização de obras coletivas, sua contribuição também é expressiva. Gilberto Freyre participou da organização de 14 obras coletivas, suas e de terceiros. Dirigiu a produção de 79 publicações, periódicas e seriadas, em língua portuguesa e outros idiomas. Em matéria de prefácios e apresentações de livros, não foi menor o esforço do autor, que já preparou 154 trabalhos nessas categorias. Sua colaboração para com revistas brasileiras e de vários centros e organizações de pesquisa, espalhados pelo Ocidente e Oriente, foi ainda mais ampla, em tudo o que diga respeito ao social, ao étnico e ao antropológico do homem brasileiro, de suas origens aos dias atuais. A este respeito, Gilberto

Freyre publicou (até março de 1980) 291 artigos em revistas. As entrevistas concedidas a inúmeros jornais e revistas são também numerosas, alcançando um total de 56, incluindo a entrevista por ele dada à revista *Playboy*, em 1980. Teve 30 trabalhos incluídos em diversas antologias, até 1979 (Fonseca: 1980)².

Como se vê, trata-se de uma produção intelectual realmente impressionante, não só pela qualidade, como pela quantidade. Mas a contribuição de Gilberto Freyre é marcante não apenas neste sentido, embora resulte do esforço de quem se dedicou, quase que com exclusividade, ao longo de mais de meio século, ao exercício de escrever. Nascido em 1900, publicou em 1922 seu primeiro trabalho – *Social life in Brazil in the middle of the nineteenth century* –, tese com que obteve o grau de *master of arts*, a partir da qual elaborou *Casa-grande & senzala*. Editada uma década depois, tornou-se um dos mais importantes clássicos da literatura brasileira. Como pensar e analisar a contribuição dada por autor de tão vasta obra, a respeito do desenvolvimento da sociedade brasileira, da Colônia aos nossos dias? E, especialmente, como é pensado esse desenvolvimento, e em que sentido ele se deu? Gilberto Freyre teria pensado a formação da sociedade brasileira na perspectiva, por exemplo, de instalação e constituição de forças produtivas capitalistas? Mesmo que assim fosse, isso não resolveria totalmente as dúvidas a este respeito. Por isso, há que procurar também no mundo desse pernambucano – cuja obra transcende as fronteiras do regional para alcançar o universal, na percepção das mudanças ocorridas numa sociedade patriarcal, monocultural e escravocrática –, as linhas de seu pensamento sobre a permanente transformação do social, do político, do antropológico, do étnico e do que de histórico ocorreu no Brasil.

Em sua obra, existem quatro livros marcantes, com os quais ele conseguiu captar o sentido da formação da sociedade brasileira, com seus diferentes percalços. Trata-se de *Casa-grande & senzala*, publicado em 1933; de *Sobrados e mucambos*, de 1936;

2 Esse trabalho foi publicado parcialmente na *Obra Escolhida de Gilberto Freyre* (Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1977, p. 1047-1078). A bibliografia aqui considerada encontra-se atualizada até junho de 1980, excetuando a referência à entrevista concedida à revista *Playboy*, adicionada ao trabalho de Edson Nery da Fonseca. Em maio de 1981, foi publicado mais um artigo seu no jornal a *Folha de S. Paulo* sob o título: "A Propósito de Sociologia da Política".

de *Nordeste*, que veio a público em 1937; e de *Ordem e progresso*, com primeira edição divulgada em 1959. Consideramos *Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* como aprofundamento de *Casa-grande & senzala*, sem perder de vista a importância interpretativa deste último sobre a sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrática que se instalou no Brasil, e se localizou na área de colonização mais antiga do Brasil. Em *Nordeste*, o autor não penetra todos os problemas e particularidades da região que empresta nome ao livro, uma vez que ao se centrar nos *aspectos ecológicos* da chamada zona açucareira, deixa de lado o que diz respeito ao semi-árido nordestino, zona caracterizada e estigmatizada pelas secas³.

Nossa análise se concentrará no exame de i) *Casa-grande & senzala*; formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal; ii) *Sobrados e mucambos*; decadência do patriarcado rural no Brasil; e iii) *Ordem e progresso*; processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República.

Os comentários aqui apresentados sobre as contribuições mais importantes de Gilberto Freyre não constituem uma visão crítica e explicativa da obra em si. O que se faz é tentar apreender, pelo exame daquelas obras, os *traços fundamentais da evolução do capitalismo no Brasil*, caracterizada, em *última instância*, pelos elementos que conformaram o capitalismo mundial a partir da Europa e, em *primeira instância*, por aspectos específicos ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas que aqui foram sendo gestadas lentamente, da Colônia à República. Não queremos dizer que Gilberto Freyre tenha visto o desenvolvimento de nossa sociedade nesta perspectiva. Admitimos, apenas, ser possível ler a sua obra com tal orientação, embora seu método de trabalho possa diferir, na aparência, da linha de pensamento que busca apreender o geral e o particular, quando se analisa o desenvolvimento do capitalismo. Com efeito, com sua análise mais antropológica e sociológica, histórica e às vezes psicológica,

3 Dos espaços semi-áridos cuidou, com mestria, como salientou, com propriedade, Gilberto Freyre, outro importante autor (Menezes, 1970).

Gilberto Freyre capta de forma bastante clara o que de específico houve na sociedade brasileira nesses campos, seja como resultado da dominância de cada um deles, seja como fruto de suas inter-relações. Com esse método, partindo da realidade que o rodeava no primeiro quartel do século XX, ele pôde recompor o que de característico ocorreu nos momentos mais importantes do passado de nossa sociedade, destacando suas transformações mais notáveis.

Em sua construção, teria Gilberto Freyre *perdido* ou deixado de lado traços essenciais de nossa formação social? Acreditamos que não. O que ele faz é não aceitar, por exemplo, que em certos momentos da vida brasileira tenha havido *luta de classes*, entre senhores e escravos, ou entre senhores rurais e senhores dos sobrados (a burguesia nascente). Aos *conflitos de interesse* que então se verificaram a este respeito ele prefere, antes, atribuir caráter de choques de raça e de cultura do que de luta de classes. Este é, aliás, um dos aspectos que ele mais critica nas análises de outros autores brasileiros, notadamente os de formação ou inspiração marxista. Trata-se, nesse sentido, de elemento que ajuda a entender a perspectiva histórica daquele escritor, que é, sem nenhuma dúvida, um dos mais importantes autores brasileiros. E é talvez por conta desse tipo de comportamento que alguns meios intelectuais brasileiros – desavisadamente ou por puro preconceito – deixaram de ler ou de se interessar por sua obra, fundamental para a compreensão das raízes brasileiras. Mesmo que não utilize categorias de análise marxista, Gilberto Freyre sabe ver a importância do econômico e sua influência sobre o social, ainda que englobe tais aspectos no domínio do cultural.

2. Família, Agricultura e Trabalho Escravo

O estudo da família patriarcal, que viveu da agricultura monocultora, praticada com base no trabalho escravo, constitui o traço essencial da obra que, surgindo na década de 30 do século XX, em momento de grande ebulição social no Brasil, também iria revolucionar o modo de interpretar a evolução social brasileira: *Casa-grande & senzala*. Influenciado pela antropologia, assunto

que estudara nos Estados Unidos da América do Norte, com Franz Boas, o autor assentaria as bases de seu ensaio na separação dos efeitos do ambiente ou da experiência cultural dos traços de raça. Nesse sentido, ele aprenderia “a considerar fundamental a diferença entre *raça e cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio”, preocupando-se ainda com a “diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família” (Freyre: 1966).

É sob a influência de Franz Boas que Gilberto Freyre entende a importância e a influência, “embora nem sempre preponderante, da técnica da produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização de sua fisionomia moral”. Na mesma linha, ele critica os defensores da eugenia como instrumento de eliminação dos “elementos indesejáveis de uma sociedade”, pois “a seleção eugênica deixaria de suprimir as condições sociais responsáveis pelos proletariados miseráveis – gente doente e mal nutrida; e persistindo tais condições sociais, de novo se formariam os mesmos proletariados” (Idem).

É com preocupações desse quilate que Gilberto Freyre luta e se antepõe aos autores que defendem o caráter determinístico do clima como agente formador de povos e de raças mais e menos fracos do que outros, pensamento que dominaria os chamados autores *naturalistas*, tão em voga no século XIX e no alvorecer do século XX. É esse um outro traço que acentua a nitidez e o alcance de sua interpretação da sociedade brasileira. Vejamos a esse respeito e, particularmente, sobre o caráter científico da obra de Gilberto Freyre, máxime o projetado em *Casa-grande & senzala*, o que diz Fernando Henrique Cardoso (Cardoso: 1978, p. 116):

Casa-grande & senzala tem a estrutura do mito; é a-temporal. Engloba gulosamente todas as casas-grandes e senzalas, de toda a parte e desde a fundação da Colônia até nossos dias, até Santo Antônio de Apipucos. Os historiadores recusarão fidedignidade; os sociólogos verão nela a teoria ausente; os etnólogos cobrarão do discípulo de Frans Boas a saturação empírica. Mas a obra continuará navegando, não porque seja preciso,

mas porque o colchão de ar que a sustenta é a idéia mitificada de nós mesmos, do Brasil, que é necessária para dar a identidade nacional. (...) Mas seria insuficiente ver em Casa-grande & senzala apenas o mito e a renovação dos temas e das abordagens. O livro vai também direto ao ponto e o mito se constitui ao redor de uma oposição que era de fato fundamental para explicar a sociedade patriarcal e escravagista: senhores e escravos. (...) Antropólogo, não confunde raça com cultura e dá primazia a esta nas explicações; cientista social, vê a cultura como parte da produção da própria vida, mesmo a material. Existe, portanto, uma ciência na obra. O mito se mescla com o saber. E a ciência proposta por Gilberto Freyre era, para a época, novidade. Mesmo Euclides (da Cunha), que valoriza o outro componente da brasilidade ('o sertanejo é antes de tudo um forte') baseia-se numa antropologia mais física do que cultural. E Oliveira Vianna, contemporâneo de Gilberto Freyre, nem se diga: dera uma volta atrás para agarrar-se às 'teorias' do quase-determinismo racial e das superioridades raciais.

Casa-grande & senzala é uma obra com múltiplos e vigorosos personagens: o colono português, o português com suas influências ibéricas e árabes, o negro de distintas raças africanas, o índio de muitas origens étnicas, encontrado no Brasil, o jesuíta e o beneditino, o capitão-mor, o sargento-mor, o senhor de engenho, a senhora do senhor de engenho, a sinhá-moça e a mucama. Mas havia um outro elemento que, embora fazendo parte da paisagem, não pode deixar de ser considerado como importante personagem: a casa-grande, à qual tanto significado lhe concede o autor, que assim se expressa sobre o assunto, no prefácio à sua primeira edição:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político, de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão

subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa ('o tigre', a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando velhos e as viúvas, recolhendo órfãos (Freyre: 1966, XXXI).

Neste momento, é importante esclarecer quem realmente no rol de tantos personagens constitui o objeto central de preocupação do autor, quando ele se propõe a estudar a origem da família patriarcal brasileira: seriam os negros, os índios ou os colonos portugueses? Essa questão, que é central, é esclarecida no prefácio à terceira edição de *Casa-grande & senzala*, quando o autor responde algumas das críticas que haviam sido feitas à sua obra, particularmente por antropólogos. Conforme ali destacado, os colonos portugueses é que constituíram o objeto central daquele ensaio. Os negros e os índios só foram considerados a respeito quando ele buscava em suas culturas elementos absorvidos das mesmas “pelo tipo de colonização agrário-patriarcal, economicamente representado, nos primeiros dois séculos de vida brasileira, pelo engenho de açúcar e socialmente pelo sistema da casa-grande e senzala” (Idem, XXVI).

Vistos alguns dos aspectos gerais sobre o sentido e a importância de *Casa-grande & senzala*, examinemos agora como são tratadas as questões que podem ser consideradas básicas para a compreensão do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Brasil, especialmente no período da Colônia. Digase, de partida, que esse assunto não é analisado de forma muito explícita nessa obra. Mas sem uma preocupação clara sobre o movimento do capital, tal como realizado naquela época no Brasil, será difícil captar o seu sentido em *Casa-grande & senzala*. Várias circunstâncias atuam nessa direção. O autor trabalha mais preocupado em construir degraus que possibilitem a caracterização e as variações em torno e no interior da família patriarcal, do ponto de vista antropológico e social, do que em estudar as

determinações gerais e específicas de natureza econômica, que teriam agido de modo a dar sentido à nossa formação econômica.

Nesse sentido, o autor procura demonstrar como se conformou, em função da herança colonial portuguesa, o caráter do português que migrou para o Brasil. Ele se apercebe que esse colono português não exerceria no Brasil uma atividade produtiva, feita segundo critérios técnicos compatíveis com o estágio das forças produtivas então prevalentes na Metrópole. Isto porque os primeiros portugueses que para cá vieram sentiam-se mais interessados em se apropriar de produtos locais de fácil extração, do que em se entregar ao trabalho rotineiro que a atividade agrícola requeria.

Gilberto Freyre está, também, preocupado em mostrar como se deram as relações entre os colonizadores, primeiro com os índios e depois com os negros. Destaca profusamente como certas especificidades da personalidade do português, a exemplo da falta de preconceito racial, da miscibilidade e da aclimatibilidade, favoreceram sua união com índios e negros. Daí ter o português um “caráter todo de arrojos súbitos que entre um ímpeto e outro se compraz em certa indolência voluptuosa muito oriental, na saudade, no fado, no lausperene” (Freyre: 1966, p. 9)

O autor mostrou ser bem relativa a preocupação, dominante na época em que escreveu o livro, com a influência do clima sobre as formações sociais. Demonstrou que o clima, embora fator condicionante, não impediu que a aventura portuguesa se transformasse em empreendimento de colonização ímpar no Ocidente.

No Brasil diz ele, verificaram-se necessariamente no povoador europeu desequilíbrios de morfologia tanto quanto de eficiência pela falta em que se encontrou de súbito dos mesmos recursos químicos de alimentação de seu país de origem. A falta desses recursos como a diferença nas condições meteorológicas e geológicas em que teve de processar-se o trabalho agrícola realizado pelo negro, mas dirigido pelo europeu dá à obra de colonização dos portugueses um caráter de obra

criadora, original, a que não pode aspirar nem a dos ingleses na América do Norte nem a dos espanhóis na Argentina. (Idem, p. 17).

No contexto dessas especificidades, seria o colono português, dentre os colonizadores modernos, o primeiro “a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a de criação local de riqueza”, ainda que essa riqueza tivesse sido alcançada através da exploração do trabalho escravo (Idem, p.19). De início, sua tentativa, com o índio, foi de pouco sucesso. Depois, ela se tornou mais positiva, com o negro africano, em matéria de acumulação de capital.

Segundo a construção gilberteana, fica demonstrado que a colonização foi muito mais o resultado da ação de particulares, com capital privado, do que do Estado.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o Rei de Portugal quase que reina sem governar (Idem, p. 20-21).

Ao destacar que o colono português se interessava mais pelo comércio do que pela agricultura, Gilberto Freyre suscita a idéia da prevalência do capital mercantil no processo de acumulação. Apesar disso, seria curioso “que o sucesso da colonização portuguesa no Brasil se firmasse precisamente em base rural.” A situação representada por aquela constatação só teve lugar como resultado do fato de o colono não ter aqui encontrado os produtos de coleta que se imaginava haver em grande abundância, como ocorrera, por exemplo, na Índia (Idem, p. 26). Dada a natureza do processo de exploração agrícola – caracterizado pela entrega aos escravos da administração das propriedades –, percebe-se que os rumos da agricultura ficavam

subordinados aos interesses dos exportadores, que controlavam praticamente a produção. Essa questão, colocada de forma um pouco introdutória em *Casa-grande & senzala*, é aprofundada no ensaio que lhe dá seqüência, não apenas lógica como histórica: *Sobrados e mucambos*. Trata-se, pois, de matéria (a presença do capital comercial) a ser retomada oportunamente, com o propósito de marcar a importância da questão e de salientar sua influência, que prosseguiu século adiante.

A análise das questões econômicas é introduzida em *Casa-grande & senzala* – e de resto nos outros dois ensaios examinados posteriormente –, de forma um tanto abreviada. É como se ele quisesse tratar de um personagem secundário no enredo que estava desenvolvendo. Daí advêm parte das fortes restrições feitas à sua obra, por conta das quais questões relevantes teriam sido tratadas superficialmente. Mas não seria razoável encontrar profundidade analítica nesse campo, em obra que trata da formação da família patriarcal brasileira, onde dominam as ênfases antropológicas e sociológicas e por um autor que não possuía formação de economista.

O estudo da questão ligada à introdução da atividade produtiva, que iria conformar a sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata – a exploração da cana-de-açúcar –, é desenvolvido após a exposição sobre a origem e o caráter do português, bem como sua adaptação ao trópico, em terras brasileiras, vencendo grandes adversidades climáticas e severas restrições alimentares. O tratamento dessa questão, só aparentemente, também é breve. Na realidade, o autor diz que a cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil em dois lugares distintos, mas ao mesmo tempo, São Vicente e Pernambuco, para só depois estender-se ao Maranhão e à Bahia. Destaca que essa lavoura iria dar ensejo à formação de “uma sociedade e um gênero de vida de tendências mais ou menos aristocráticas e escravocratas”. A explicação para essa passagem só é apresentada bem depois, quando são analisados os aspectos culturais e sociais dali derivados, os quais constituem o cerne do próprio desenvolvimento de *Casa-grande & senzala*. É possível que algum leitor apressado não tenha se dado conta das particularidades de tal movimento, passando por isso a destacar ausências inexistentes.

De fato, naquele momento, Gilberto Freyre comenta de passagem o deslocamento dos interesses econômicos da aristocracia colonial canavieira, que predominara nos séculos XVI e XVII, para os relativos às atividades mineira e cafeeira, mantendo-se entretanto nesses três segmentos produtivos “o mesmo instrumento de exploração: o braço escravo”. Ao tratar da transição entre o Império e a República, o autor mediará a transmigração de costumes da aristocracia açucareira do Norte para a aristocracia cafeeira do Sul, onde também se instalaram casas-grandes, mas em tempo social e num espaço-tempo bem diversos. Por isso Gilberto Freyre permeia a análise sobre a transformação que se dá na transição de uma atividade econômica para outra durante mais de dois séculos, com elementos referidos mais uma vez ao aspecto cultural. Aqui, ele está preocupado com a profunda diferença regional de cultura humana que se teria dado no Nordeste, comparado com Minas Gerais e o Sul, em função da prevalência do elemento africano na primeira (Freyre: 1966, p. 34).

Depois, ele cuida dos problemas e da influência da alimentação na formação da família brasileira, como elementos-chave de sua análise. A alimentação na Colônia era insuficiente, muitas vezes até quantitativamente, mesmo para o senhor de engenho. Estranho, entretanto, era que o escravo tivesse uma alimentação, segundo ele, melhor do que a do senhor de terras, inclusive em termos qualitativos. Ocorria que os escravos, em pequenos tratos de terra situados em torno da lavoura canavieira, cultivavam produtos de valor protéico e calórico, que, do ponto de vista do sabor e em decorrência dos hábitos alimentares do europeu, não interessava aos senhores consumir. Além do mais, em detrimento da qualidade alimentar da população branca ou, no limite, da população não-escrava, agia a monocultura canavieira, que não dava espaço ao cultivo de lavouras alimentares. Os senhores de engenho passaram muito tempo consumindo alimentos importados de Portugal, a exemplo de frutas conservadas, nem sempre em bom estado sanitário. A obtenção de um substituto para o trigo, como alimento calórico, foi conseguida com o cultivo da mandioca, graças à convivência indígena, mas só depois de muito tempo, e ainda assim devido às habilidades do negro em matéria de agricultura, muito mais adaptado ao trabalho sedentário do que

o índio. Essa insuficiência alimentar foi, porém, mais notável nas capitanias açucareiras. Entre os paulistas e os mineiros, a situação seria bem melhor, dada a combinação mais adequada que se verificou no tocante à agricultura e à pecuária nas terras do Sul. Dos paulistas, “a saúde econômica se transmitiria mais tarde aos mineiros; os quais, passada a fase turbulenta do ouro e dos diamantes, se aquietariam na gente mais estável, mais equilibrada e, talvez, melhor nutrida do Brasil” (Freyre: 1966, p. 37-47).

À medida que trata da influência do índio na formação da sociedade brasileira, assim como do papel que, no mesmo sentido, desempenhou o negro, o autor constrói o caráter e as feições do senhor de engenho, da senhora e dos filhos. Levanta e analisa questões sobre a sexualidade do negro, detendo-se em aspectos que, nesse sentido, teriam influenciado o brasileiro em matéria de erotismo, luxúria e depravação sexual. Na realidade, demonstra que o apetite sexual voraz por parte do negro não passaria de imaginação de branco, pois tanto

entre os povos negros da África como entre os primitivos em geral, o que se tem comprovado é maior moderação do apetite sexual que entre os europeus. É uma sexualidade, a dos negros africanos, que para excitar-se necessita de estímulos picantes. Danças afrodisíacas. Culto fálico. Orgias. Enquanto que no civilizado o apetite sexual de ordinário se excita sem grandes provocações. Sem esforço (Freyre: 1970, p. 340-341).

Em nosso entender, foi, portanto, em função das características mais aparentes dessas especificidades sexuais que teve lugar o intenso relacionamento sexual entre brancos e negros no Brasil Colônia, funcionando as mulheres negras como instrumento tanto de prazer (para os senhores) como de desgosto (para as senhoras). E, aqui, a pena e o pensamento de Gilberto Freyre trabalham com uma agilidade e uma leveza impressionantes, sem jamais cair no grotesco (Freyre: 1970, p. 340-341).

Chama-se, agora, atenção para a direção, mesma, do processo de acumulação de capital realizado naquela época da

vida econômica brasileira. Gilberto Freyre capta a dinâmica desse processo seguindo caminhos pouco ortodoxos, analisando a indolência, a displicência, a religiosidade excessiva e a voluptuosidade dos senhores de engenho, assim como as uniões sexuais de padres com negras, mulatas ou brancas. Esse procedimento pode parecer estranho, mas foi necessário adotá-lo aqui para captar o movimento do capital, naquele tempo, tal como visto pelo autor de *Casa-grande & senzala*. Nos outros dois ensaios a questão econômica fica mais clara.

Quando se vê que os assuntos com os quais os senhores de engenho – donos da terra, do poder e das pessoas – se preocupavam mais correspondiam ao ócio (gozado em passeios de palanquins), ao deleite (representado pelos prazeres com negras e mulatas) e ao culto religioso – o sagrado dever de rezar terços, rosários e participar de missas e procissões –, entende-se que sobrava muito pouco tempo para os trabalhos de administração dos negócios. De fato, da agricultura canavieira cuidavam os negros escravos, que eram também os responsáveis pela produção do açúcar; os senhores de engenho, no máximo, contratavam mestres para ensinar aos negros os segredos da transformação da cana-de-açúcar. Mas o grosso da atividade produtiva estava mesmo era a cargo da escravaria. Os senhores de engenho dedicavam-se a outros afazeres:

Com a vida mais descansada e mais fácil para os colonos; com o açúcar vendido em quantidade maior e por melhores preços na Europa do que nos princípios do século XVI, desenvolveu-se dos fins desse século aos começos do século XVII, não tanto o luxo, como desbragada luxúria, entre os senhores de engenho no Brasil. Em Pernambuco, ao aumento de produção de açúcar de duzentas mil arrobas em 1584 para 'passante de cento e vinte navios' por ano em 1618; e do número de engenhos de trinta em 1576 para sessenta e seis em 1584 e 1590 e cento e vinte e um, ao findar o primeiro quartel do século XVII, correspondeu o aumento do número de escravos africanos – tudo concorrendo para

o maior ócio dos senhores; e para sua maior libertinagem. Ócio que a tal ponto se desenvolveu, nas zonas dominadas pelos engenhos de cana, que os doutores moralistas chegaram a associá-lo ao muito consumo do açúcar (Freyre: 1970, p. 464).

Verifica-se, assim, que os senhores de engenho pouco se preocupavam com a acumulação produtiva, e a que se verificava era feita (quase que) com o exclusivo apoio do braço escravo. Por outro lado, é preciso notar que a atividade comercial nunca esteve sob a responsabilidade dos senhores de engenho, que consideravam tal trabalho de qualidade inferior, portanto indigno de uma classe nobre. Cuidaram do comércio, durante muito tempo, os jesuítas e outras missões religiosas, as quais, explorando o trabalho indígena, quase chegaram a se transformar em “armazéns de exportação, negociando com açúcar e com drogas, mas principalmente com mate, no Sul, e com cacau, no Norte.” (Freyre: 1966, p. 167). Dominantes no comércio, especialmente no da exportação do açúcar, foram os judeus, que tinham uma vocação toda especial para as atividades mercantis. A vocação do português para o comércio, assim como de seus descendentes aqui no Brasil, deve-se muito à influência exercida pelos judeus nesse campo. Gilberto Freyre dedica grande atenção a essa questão, destacando:

Em essência o problema do judeu em Portugal foi sempre um problema econômico criado pela presença irritante de uma poderosa máquina de sucção operando sobre a maioria do povo, em proveito não só da minoria israelita como dos grandes interesses plutocráticos. Interesses de reis, de grandes senhores e de ordens religiosas. Técnicos da usura⁴, tais se tornaram os judeus em quase toda parte por um processo de especialização quase biológica que lhes parece ter aguçado o perfil no de ave de rapina, a mímica em constantes gestos de aquisição e de posse, as mãos em garras incapazes de semear e de criar. Capazes só de amealhar (Freyre: 1970, p. 248).

4 Aqui, pareceria que o autor estava-se referindo ao capital comercial.

Manifestações como essas contribuíram para que Gilberto Freyre fosse acusado de anti-semita.

A riqueza acumulada pelos senhores de engenho sofria limitações não apenas na esfera da produção como na da circulação. Sua aplicação produtiva, em bases menos perdulárias, poderia ter resultado em maiores benefícios para a Colônia. Mas isso não se verificou e nem poderia ter lugar, dada a própria natureza do comportamento que regia as atitudes dos senhores de engenho, no domínio econômico. Além disso, outros fatores contribuíram para a dilapidação das fortunas desses senhores. Seus testamentos corresponderam a instrumentos de verdadeira trituração das fortunas patriarcais, pela preocupação que tinham os testadores de agradar aos santos, às confrarias, à Igreja, seus afilhados e aos filhos ilegítimos. Os testamentos dos senhores de engenho constituíam "uma grande dispersão de dinheiro, em prejuízo da perpetuidade e coesão patriarcal dos bens nas mãos dos filhos ilegítimos" (Freyre: 1970, p. 472). O usufruto dessa riqueza, de forma perdulária e suntuária, por muitos filhos daqueles senhores, também contribuiu para reduzir o potencial de acumulação derivado da atividade agrícola e industrial da cana-de-açúcar, durante a Colônia.

Na verdade, os padres daquela época nem sempre se dedicaram à missão de pregar o Evangelho. Muitos deles entregaram-se aos negócios, como os jesuítas, já mencionados, obtendo grandes sucessos, qualificados pela acumulação de expressivas fortunas. Mas as fortunas dissolviam-se por meio da partilha feita com os descendentes daqueles religiosos, frutos de uniões com negras e mulatas, sendo os descendentes, no entender de observadores da época, avessos ao uso produtivo do capital. Alguns observadores, como Luís dos Santos Vilhena,

enxergava sério inconveniente no patriarcalismo torto dos clérigos. Ligando-se muitos, não com moças brancas ou brancaranas, cuja descendência pudesse ser reabsorvida facilmente na família antiga e legítima, mas com negras ou mulatas chapadas, resultava daí a dispersão dos bens por mãos de mulatos. (...) Talvez exagerasse mestre

Vilhena; de qualquer modo, na freqüência das uniões irregulares de homens abastados – negociantes, eclesiásticos, proprietários rurais – com negras e mulatas, devemos enxergar um dos motivos da rápida e fácil dispersão da riqueza nos tempos coloniais, com prejuízo, não há dúvida, para a organização patriarcal e para o Estado capitalista, mas com decididas vantagens para o desenvolvimento da sociedade brasileira em linhas democráticas (Freyre: 1970, p. 482).

Casa-grande & senzala, sem nenhuma dúvida, é um grande e notável livro, que precisa ser lido e estudado por quem se interessa em bem compreender o Brasil. Encerremos esses breves comentários, sobre esta importante obra, dando a palavra, mais uma vez, ao seu autor, para um repasse de autocrítica (Freyre: 1975, p. 91):

Dentre o que possa ser destacado como novo ou inovador no livro Casa-grande & senzala, talvez nenhum traço se apresente mais significativo do que este, até hoje pouco considerado pelos críticos: o seu múltiplo e por vezes simultâneo perspectivismo, responsável por um dos defeitos de composição mais apontados em Casa-grande & senzala, livro, de resto, muito mal composto: as suas repetições.

3. Transformação da Sociedade Patriarcal: O Rural e o Urbano.

Aquele reparo do autor, aparentemente dispensável, tem lugar e sentido. Na realidade, as repetições são uma constante na obra de Gilberto Freyre, não a repetição de um tema, como se ele escrevesse apenas sobre o mesmo assunto, variando a forma de apresentação. Suas repetições são de ênfase, de referências a um ponto determinado, que por ser importante necessita ser lembrado. Isso faz parte do seu estilo. E por críticas que lhe fizeram

a tal respeito, desde *Casa-grande & senzala*, ele não mudou de rumo. Continuou escrevendo como achava que devia. Mas seria ele mais lido se fosse mais econômico nas palavras? A resposta parece-nos dever ficar ao talante de cada um dos seus leitores. O importante é que quem lê Gilberto Freyre começando por *Casa-grande & senzala* não pretende ficar aí. Quer ir em frente, mesmo que possa discordar da posição política do autor, pois o que conta aqui não é sua ideologia, mas a obra, a contribuição para o entendimento do Brasil, desde a Colônia até hoje.

Foi com essa disposição que iniciei a leitura de *Sobrados e mucambos*, ali encontrando uma obra bem mais precisa. Mais ajustada, como uma máquina que se amacia, com mais ritmo e talvez até mais beleza; não seria porém correto dizer que mais importante. Para mim, *Sobrados e mucambos* é um *Casa-grande & senzala* renovado, transformado, por intermédio do qual o autor vê um Brasil novo, em ligação com suas reminiscências mais notáveis. Não poderia ser de outra forma. Afinal, o que Gilberto Freyre procura mostrar em *Sobrados e mucambos* é a mudança por que passa a sociedade brasileira, patriarcal, latifundiária e escravocrata, em direção ao *tempo social* ensejado pela constituição de forças produtivas capitalistas nos países industrializados da Europa.

Qual é a época abarcada por *Sobrados e mucambos*? Gilberto Freyre não precisa este ponto, dizendo apenas que o ensaio não ultrapassa questões posteriores ao ano de 1888. Já é um avanço em relação ao ensaio anterior, sobre o qual – e neste sentido – ele não faz qualquer referência aos limites de abrangência temporal. Sabe-se – e se sente – que *Casa-grande & senzala* tem a ver com o período colonial. Em *Ordem e progresso* essa questão já aparece explicitamente: o livro compreende o que se passa no Brasil, a partir da década dos setenta do século XIX ao final da década de dez, do século XX. De qualquer modo, é preciso ver que as três obras se entrelaçam no tempo. E não poderia ser diferente, uma vez que em tais ensaios o autor lida com fatos culturais, sociais, econômicos e políticos em movimento, procurando captar o que de mais significativo ocorria nos momentos de transição de uma formação social a outra.

Como foi feito em relação a *Casa-grande & senzala*, não se pretende realizar aqui um resumo de *Sobrados e mucambos*, mas discutir algumas das questões relevantes e características dessa obra: o sentido da passagem do mundo de *Casa-grande & senzala* para o de *Sobrados e mucambos*, ou seja, a luta da cidade contra o campo, ou dos interesses agrários contra as aspirações da burguesia em formação. Neste segundo livro de sua trilogia, Gilberto Freyre procurou apreender a direção que as forças produtivas começaram a assumir, e como reagiram as relações de produção, caracterizadas pelas restrições que a sociedade patriarcal e escravocrata antepunha ao desenvolvimento do capitalismo. Embora preocupado com as especificidades locais, o autor não deixou de lado as influências mais gerais exercidas pelo capitalismo mundial. Sua análise a esse respeito é bem mais explícita do que a realizada em *Casa-grande & senzala*. Note-se, entretanto, que o caminho percorrido não corresponde a uma alteração do método – antropológico e social –, e nem do objeto central de análise: ele continua interessado em examinar a evolução da família brasileira. Portanto, muitos dos personagens concebidos no ensaio anterior acham-se presentes no que agora é examinado, introduzindo-se outros, transformados ou novos.

As mudanças que ocorreram no período de transição do Brasil Colônia para o Brasil Independente começaram a se fazer notar do fim do século XVIII para o alvorecer do século XIX, acentuando-se com a mudança da Coroa Portuguesa para o Brasil, em 1808. Por essa época, já eram menores o poder e a distinção do patriarcado rural, no Nordeste, no Sul e nas Minas Gerais.

Em Pernambuco, por exemplo, definira-se o antagonismo entre o patriciado rústico das casas-grandes da zona chamada da 'mata' e a burguesia dos sobrados do Recife – esta prestigiada pelo Rei, já desunido dos senhores de engenho, seus aliados de outrora, e aquela pelo alto clero – na guerra civil chamada dos Mascates. Guerra que terminaria com a vitória, embora uma vitória aos pedaços, incompleta, pela metade, dos interesses burgueses sobre os privilégios da nobreza rural, tão fortes e resistentes na capitania dos Albuquerque (Freyre: 1981, v.1, p. 4).

Naquele momento, começou a surgir e a se conformar uma nova e, mais tarde, poderosa classe, “ansiosa de domínio: burgueses e negociantes ricos querendo quebrar o exclusivismo das famílias privilegiadas de donos simplesmente de terras, no domínio sobre as Câmaras e os Senados” (Idem, p. 8). Eram os homens ligados aos negócios comerciais, de origens as mais diversas, que, embora lutando contra a aristocracia rural, tinham como objetivo de ascensão social poderem também eles se tornar nobres e aristocratas. E essa nova classe passou a exercer sua influência sobre a classe rural, aumentando a dependência da agricultura ao comércio, aos bancos, ao capital comercial, enfim, agora mais organizado e com interesses bem cristalizados.

Com a expansão desses interesses, as cidades passaram a crescer em função da decadência do campo, destacando-se a ação dos judeus no processo de acumulação de capital comercial. A Coroa passara a se aliar aos mercadores de sobrado, acentuando o já visível desprestígio da aristocracia rural, expresso notadamente pela concessão de empréstimos agrícolas a juros pesados. Criaram-se assim condições para a transferência crescente de capital produtivo do campo para as cidades, sob o mando do capital comercial (Idem, p. 9-14).

Essas transformações ainda que não implicassem o avanço das forças produtivas, uma vez que muito pouco era feito para melhorar as condições de produção agrícola, resultaram em alterações das relações de produção dominantes, com o aparecimento de um novo personagem: o bacharel, assim caracterizado:

O bacharel – magistrado, presidente de província, chefe de polícia – seria, na luta quase de morte entre a justiça imperial e a do pater famílias rural, o aliado do Governo contra o próprio Pai ou o próprio Avô. O médico, o desprestigiador da medicina caseira, que era um dos aspectos mais sedutores da autoridade como que matriarcal de sua mãe ou de sua avó, senhora de engenho. Os dois, aliados da Cidade contra o Engenho. Da Praça contra a Roça. Do Estado contra a Família (Freyre: 1981, v.1, p. 18).

Este foi o período de consolidação da sociedade brasileira, “em torno de um Governo mais forte, de uma Justiça mais livre da pressão dos indivíduos poderosos de uma Igreja também mais independente das oligarquias regionais e mais pura na vida dos seus padres.” Constituiu-se em:

período de diferenciação profunda – menos patriarcalismo, menos absorção do filho pelo pai, da mulher pelo homem, do indivíduo pela família, da família pelo chefe, do escravo pelo proprietário; e mais individualismo – da mulher, do menino, do negro –, ao mesmo tempo que mais prostituição, mais miséria, mais doença. Mais velhice desamparada. Período de transição. O patriarcalismo urbanizou-se (Freyre: 1981, v.1, p. 21-22).

Nesse período, o escasso artesanato existente começou a ceder lugar à indústria, ainda que bastante incipiente, pois a base técnica era frágil. A subordinação do trabalho ao capital continuava, entretanto, formal, mesmo porque as relações de trabalho permaneciam não-assalariadas. Ainda assim foram notáveis as mudanças, especialmente nos costumes, importando-se modismos franceses e ingleses, as *francesias* e as *ingresias* de que fala Gilberto Freyre, todas elas situadas na linha do alargamento das fronteiras de consumo de produtos e de novos hábitos importados.

Há que fixar, agora, novos e característicos elementos do período analisado em *Sobrados e mucambos*: o campo e a cidade; a mulher e o homem; a estrutura de classes; o Oriente e o Ocidente; e a introdução da máquina.

A decadência do patriarcado rural se deu com a crise da economia açucareira no Nordeste, ensejando a dinamização da economia cafeeira, primeiro no Rio de Janeiro e depois em São Paulo. Tenha-se, entretanto, em conta que apesar do caráter renovador dos interesses urbanos e burgueses, não se pode considerar que as casas-grandes tenham sido sempre sinônimo de conservadorismo, pois em determinadas épocas do Império tanto o engenho de açúcar como a fazenda de café chegaram a lutar por interesses de independência, de liberdade e de

democracia. Os homens ligados à terra lutaram contra iniciativas demagógicas das cidades, dominadas pelo capital comercial. Nesse período, e mais particularmente na primeira metade do século XIX, tiveram curso no Brasil as primeiras idéias socialistas sob a inspiração do engenheiro francês L. L. Vauthier (Freyre: 1940). Tais idéias, que se expandiriam um pouco mais na transição para a República, chegaram a inspirar a necessidade de criação de um código rural para o Brasil, já no ano de 1856, com o propósito de “quebrar a força do *regime feudal sem garantias*”. Um dos brasileiros que se salientaram nessa luta foi o general José Inácio de Abreu e Lima (Freyre: 1981, v.1, p. 53-55).

Os jesuítas, com suas ações no campo educacional, funcionaram como um dos instrumentos marcantes da decadência da casa-grande.

Pelo colégio, como pelo confessionário e até pelo teatro, o Jesuíta procurou subordinar à Igreja os elementos passivos da casa-grande: a mulher, o menino e o escravo. Procurou tirar da casa-grande duas de suas funções mais prestigiosas: a de escola e a de igreja. Procurou enfraquecer a autoridade do pater familias em duas de suas raízes mais poderosas: a do Senhor Pai e a de Senhor Marido (Idem, p.71).

Uma das características que melhor expressam as transformações por que passaram as relações de produção no período em estudo corresponde à prevalência do moço sobre o velho, o que se dá pela ascensão dos bacharéis e dos doutores aos altos postos da administração pública, com o apoio do próprio Imperador Pedro II, ele próprio uma espécie de bacharel, na opinião de Gilberto Freyre. “Aos trinta anos Honório Hermeto Carneiro Leão, depois marquês do Paraná, já **estava** ministro da Justiça” (o grifo é nosso) (Idem, p. 85)⁵. Em vista dessa dominância, surgiria aquilo que foi denominado por Joaquim Nabuco de “neocracria”:

⁵ Note-se aqui o correto emprego do verbo *estar*, tão bem utilizado pelo ex-Ministro da Educação, Eduardo Portela – ele próprio, um conhecedor da obra de Gilberto Freyre – ao declarar: “eu não sou Ministro. Estou Ministro”, antes de ser exonerado dessa função, em 1980, pelo então presidente da República, João Baptista Figueiredo.

a abdicação dos pais nos filhos da idade madura na adolescência... (Idem, p. 88).

Destaque importante também deve ser dado a alguns aspectos da vida urbana, expressos pela significativa influência que a habitação tem exercido, historicamente, sobre o homem. Nesse sentido, um dos aspectos mais notáveis então verificados foi a progressiva redução do tamanho das casas-grandes e das *senzalas*, substituindo-se as primeiras pelos sobrados e chácaras e as segundas pelos *mucambos*, instalados nas *zonas mais desprezadas das cidades*.

As relações entre os sexos sofreriam, por sua vez, uma alteração profunda, ao se distanciarem senhores de escravos, tão íntimos dentro do patriarcalismo integral; ao se aproximarem as casas nobres umas das outras, e todas das igrejas, dos teatros e da rua; ao engrossarem as aldeias de mucambos, com o predomínio de estilos extra-europeus de vida e de moral (Freyre: 1981, v.1, p.153-154).

O crescimento urbano que então se verificou teve que levar em conta, também, as condições topográficas predominantes em cidades talássicas como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, especialmente. Impunham-se, nesse sentido, novos rumos nas “relações de espaço do homem com a área urbana; do sobrado com a rua, do sobrado com o *mucambo*; da casa com a água.” Rumos que os colonizadores holandeses procuraram entender sem muito sucesso (Idem, p. 155-159). As condições ambientais dos sobrados eram extremamente precárias, prejudicando aspectos de higiene e de saúde, notadamente pelo abafamento de suas instalações interiores, onde a luz natural era escassa e a umidade abundante, máxime nas cidades do Norte e Nordeste.

Com o crescimento urbano, a situação alimentar nas cidades não iria melhorar. Continuava prevalecendo o uso da terra para a monocultura – canavieira ou cafeeira –, sem espaço para o cultivo de alimentos em maior escala. As culturas alimentares realizadas nos fundos de quintal mal atendiam aos proprietários das chácaras.

Além disso, grande parte das terras situadas em torno das cidades era usada para o plantio de forrageiras destinadas ao consumo animal. O que não é de estranhar, numa época em que o transporte predominante passara a ser a charrete ou carruagem, em lugar dos palanquins (Idem, p. 286).

A alimentação do escravo nas cidades seria inferior à do escravo ligado à agricultura, pois na cidade os alimentos eram escassos até para os brancos dos sobrados. Gilberto Freyre não concorda com esta posição e diz que, de qualquer modo,

admitido, de modo geral, o fato de que a carne fresca era alimento nobre, da gente de sobrado ou de casa-grande, e o vegetal, ou 'mato', com uma exceção ou outra, alimento barato e desprezível, da gente de senzala e da de mucambo mais presa às tradições africanas de alimentação vegetal – inhame, quiabo, dendê, arroz – temos que admitir a decorrência: o negro de senzala de casa-grande ou de sobrado ou o próprio negro de mucambo menos desafricanizado nos seus hábitos ou estilos de alimentação era, de modo geral, melhor nutrido que o branco da casa senhorial, com a sua carne fresca má, suas conservas e seus alimentos secos importados da Europa (Ibidem).

Pode ser, mas as evidências empíricas apresentadas pelo autor não são suficientes para demonstrar essa superioridade alimentar dos escravos dos sobrados e dos *mucambos*.

A influência dos judeus é também destacada, nesse período, por Gilberto Freyre, como observada em campos que não apenas o comercial e financeiro. Ela foi notável do ponto de vista intelectual, acentuada na época do domínio holandês, por meio da contribuição emprestada por naturalistas e cientistas interessados em estudar e conhecer o Brasil, a exemplo de Piso e Marcgraf; Franz Post e Zacarias Wagner na pintura do ambiente; Peter Post na arquitetura urbana; e outros, que se destacaram na medicina (Freyre: 1981, v.1, p. 319-320).

A progressiva libertação da mulher do mando senhorial constitui uma das mais notáveis transformações assinaladas por Gilberto Freyre sobre as mudanças desse período. Trata-se de questão que vinha preocupando o autor desde *Casa-grande & senzala*, onde ele analisara as condições de submissão da mulher ao homem, inferiorizada e traumatizada, mormente depois do casamento, o que significava para muitas sinhás-moças não apenas prisão como morte prematura em plena adolescência. É que as mulheres de então, casando muito jovens, não tinham (quase sempre) estrutura orgânica plena para os trabalhos de parto, por assim dizer prematuros. Por isso, tantos senhores de engenho chegaram a casar até quatro vezes numa mesma família, tornando-se quase uns barba-azuis. “A multiplicação de gente se fazia à custa do sacrifício das mulheres, verdadeiras mártires em que o esforço de gerar, consumindo primeiro a mocidade, logo consumia a vida” (Freyre: 1970, v.2, p. 385).

A mulher da Colônia e mesmo a do início do Império conformava-se biotipicamente, sociologicamente e sexualmente aos interesses e desejos do senhor patriarcal, diferindo deste, segundo seu exclusivo critério.

Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo (...). Mas a beleza que se quer da mulher, dentro do sistema patriarcal, é uma beleza meio mórbida. A menina de tipo franzino, quase doente. Ou então a senhora gorda, mole, caseira, maternal, coxas e nádegas largas. Nada do tipo vigoroso e ágil de moça, aproximando-se da figura do rapaz. O máximo de diferenciação de tipo e de traje entre os dois sexos (Freyre: 1981, v.1, p. 93).

E essa extrema diferenciação dos dois sexos convinha em muito ao homem dominador, e em função dela se justificava “o chamado *padrão duplo de moralidade*, o qual dava ao homem todas as liberdades de gozo físico de amor, limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar.” Esse duplo padrão de moralidade era muito conveniente ao homem, pois lhe dava

todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra, num tipo de sociedade católica como a brasileira, ao contato com o confessor (Freyre: 1981, v.1, p. 93).

O interessante a notar é que nesse universo dominado pelo homem possam ter surgido mulheres fortes, enérgicas e guerreiras, que se destacaram inclusive na luta contra os inimigos da fé católica e invasores – os holandeses. Outras se mostraram exímias administradoras dos negócios agrícolas das famílias, substituindo maridos falecidos e maridos sem ação ou tino administrativo. “Donde os casos de filhos que tomaram das mães não só mais ilustres pelo sangue e mais poderosas pelo prestígio da fortuna como mais enérgicas pela ação, os nomes de família” (Idem, p. 95).

Da mulher criada e formada segundo os desejos e os interesses do homem generalizar-se-ia a idéia de que a doçura, a graça, o encanto, a feminilidade e a passividade eram atributos típicos do sexo. A questão era bem distinta, segundo a compreensão de Gilberto Freyre:

A verdade é que a especialização do tipo físico e moral da mulher, em criatura franzina, neurótica, sensual, religiosa, romântica, ou então, gorda, prática e caseira, nas sociedades patriarcais e escravocráticas, resulta, em grande parte, dos fatores econômicos, ou antes, sociais e culturais, que a comprimem, amolecem, alargam-lhe as ancas, estreitam-lhe a cintura, acentuam-lhe o arredondamento das formas, para melhor ajustamento de sua figura aos interesses do sexo dominante e da sociedade organizada sobre o domínio exclusivo de uma classe, de uma raça e de um sexo (Idem, p. 96).

Nessa linha de desmistificação da mulher-objeto e de sua necessária e justa valorização, Gilberto Freyre antecipa-se em

muito ao movimento feminista, que explodiria no Brasil dos anos 70, do século XX, como decorrência do surgimento e expansão desse movimento no centro de decisões do capitalismo mundial – os Estados Unidos da América – na década dos sessenta. Na realidade, a liberdade da mulher e a emancipação sexual feminina, ainda que justa e necessária, conformam-se hoje em dia cada vez mais aos desígnios do capital, que, para aumentar sua valorização, necessita ampliar a demanda do mercado de trabalho, para comprar a mercadoria força de trabalho a menor preço. Essa apreciação da questão apresenta aqui caráter específico, tanto mais quanto se vai demonstrando que o sexo não determina “de maneira absoluta a divisão do trabalho”, como argutamente observou Gilberto Freyre (Freyre: 1981, v.1, p. 93)⁶.

Há muitos outros aspectos importantes na análise que Gilberto Freyre realiza sobre a mulher e sua subordinação ao homem, como o culto pela mulher bela, com a cintura fina e os pés pequenos, por exemplo; a distinção entre “o homem como elemento de imaginação mais criadora” e a mulher como elemento mais realista e integralizador; a maior sensibilidade às mudanças por parte das mulheres; e a falta que as mulheres desse tempo fizeram aos homens.

Essa falta de mulher, não inspiradora, mas colaboradora do marido, do filho, do irmão, do amante, sente-se no muito que há de seco, de incompleto, e até de pervertido em alguns dos maiores homens do patriarcalismo e do semipatriarcalismo no Brasil (Idem, p.98-114).

Mas a mulher servil da época

foi sendo substituída nos sobrados e até em algumas casas-grandes de engenho, por um tipo de mulher menos servil e mais moderno; acordando tarde por ter ido ao teatro ou a algum baile; lendo romances; olhando a rua da janela ou da varanda. (...) Muito

6 A esse respeito, convém ressaltar uma outra manifestação do permanente avanço do capitalismo, tomando por base a expansão do consumo de produtos industrializados de adorno e higiene íntima, que se vem verificando às custas da “feminização” do homem. Anunciam-se hoje, pela TV, produtos, como cosméticos e cuecas, para homens, com sofisticação e apelo semelhantes aos que são empregados para a venda de produtos similares às mulheres.

menos devoção religiosa do que antigamente. Menos confessorário. Menos conversa com as mucamas. Menos história da carochinha contada pela negra velha. E mais romance. O médico da família mais poderoso que o confessor. O teatro seduzindo a mulher elegante mais que a igreja. O próprio 'baile mascarado' atraindo senhoras de sobrado (Idem, p. 110).

Gilberto Freyre não vê sentido de luta nos antagonismos entre as diferentes classes sociais que se formaram no Brasil, da Colônia ao Império, mas conflito entre culturas distintas, o que, evidentemente, tende a se caracterizar como um eufemismo do autor, que considera a concepção da luta de classes como exagero de fanáticos materialistas ou marxistas. Entretanto, ele distingue muito bem as classes que se estruturaram no período ora em análise. De um lado, havia a classe dominante, constituída pelos brancos europeus e seus descendentes – os senhores; e de outro, a classe dos dominados, integrada pelos nativos e os africanos e seus descendentes. Mas havia também uma classe intermediária, constituída por elementos que eram produto de cruzamentos, que

desde os primeiros dias se foram verificando entre dominadores e dominados, entre homens do litoral e homens dos sertões, e que não raro resultaram em transferências de indivíduos e até de famílias inteiras de uma classe para outra e, no plano ou no espaço social, de uma raça para outra, com desprezo das insígnias ou dos característicos biológicos e mesmo culturais de tipo étnico ou regional (Idem, p. 353-354).

Partindo dessa estruturação, cujas características principais seriam relacionadas não à fixidez, mas às flutuações sociais e étnicas, o autor destaca a ocorrência de dois processos na formação social do Brasil, ambos vinculados às estruturas de classe. O primeiro processo seria de integração, amadurecimento e desintegração “da forma patriarcal, ou tutelar, de organização de família, de economia e de cultura,” que evoluiu em estreita vinculação com “o amalgamento de raças e culturas”, que marcaria

os acentos do segundo processo (Idem, p. 354). As origens do declínio do patriarcado rural, semi-rural, semi-urbano e urbano conformar-se-iam em grande parte ao resultado da ação inter-relacionada dos elementos constitutivos desses dois processos. Note-se, por exemplo, a evolução da idéia de pai, de senhor, que passa da figura de *pater familias* para o Imperador, para o Padrinho, e para o Presidente, como se daria no último caso, no período republicano. Fenômenos como os de *Pedra Bonita*⁷, em Pernambuco e de *Canudos*⁸, na Bahia, liderados por fanáticos religiosos, fornecem uma idéia clara da necessidade que as raças subjugadas tinham de um apoio concreto superior, que podia, para eles, ser fornecido por El-Rei ou pelo Imperador. Índios e mestiços defenderam reis e papas porque estes, ao seu modo, protegiam-nos dos abusos de particulares e de religiosos, muitas vezes.

E essa proteção é natural que tenha criado nos ameríndios e nos seus descendentes e nos negros e descendentes de negros sentimentos de classe capazes de superar os de raça: vermelhos, pretos ou pardos eram tão filhos de Deus e de Maria Santíssima como qualquer branco; vermelhos ou pardos eram tão súditos del-Rei como qualquer português (Freyre: 1981, v.1, p. 366).

Não é possível considerar revoltas como a dos Mascates, a Balaiada, a dos Cabanos ou a Confederação do Equador apenas como conflitos entre culturas distintas. Tais movimentos corresponderam, na verdade, a lutas de classe baseadas em interesses econômicos prejudicados, tanto da parte das classes dominantes como das classes dominadas. O que não havia então era uma distinção clara entre burguesia e operariado, pois a última ainda não fora estruturada, mesmo porque se vivia um período em que as relações de trabalho eram, em sua maioria, escravagistas. E os segmentos urbanos ligados ao artesanato e à pequena indústria uniam-se em torno de associações ainda com fraco poder de pressão.

7 Sobre o assunto, há dois romances fundamentais: *Pedra bonita*, de José Lins do Rego, e *A pedra do reino*, de Ariano Suassuna.

8 Popularizado com o clássico, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, tão apreciado e reiteradamente elogiado por Gilberto Freyre.

Os antagonismos entre as culturas que caracterizaram o Oriente e o Ocidente, que Gilberto Freyre analisa de forma tão precisamente apropriada, marcam não apenas as diferenças intrínsecas a cada uma dessas civilizações, como acentuam as cores dos elementos distintivos da passagem do período colonial para o imperial. É como se na Colônia tivéssemos sido influenciados tão-somente por elementos ibéricos carregados de força moura, sarracena, maometana ou indiana. Mas a importância atribuída por Gilberto Freyre à influência oriental na formação social brasileira tem sido considerada exagerada. Ele não reconhece esse exagero, destacando que tal influência deu mais do que substância e cor à cultura brasileira:

o Oriente concorreu para avivar as formas senhoris e servis dessa convivência entre nós: os modos hierárquicos de viver o homem em família e em sociedade. Modos de viver, de trajar e de transportar-se que não podem ter deixado de afetar os modos de pensar (Idem, p. 424).

Essa influência só seria diminuída e eliminada às custas de muita luta no campo econômico, à medida que os interesses mais imediatos do capital, rompendo estruturas de consumo, hábitos arraigados e maneiras de comportamento, criassem novas necessidades, máxime na esfera do consumo. E essa mudança foi efetuada pelo capitalismo industrial inglês, que deslocou praticamente todos os resquícios do que de oriental havia-se instalado no Brasil. Para se ter uma idéia do que foi o oriental na cultura brasileira, vejamos qual a situação prevalecente na paisagem do Brasil na virada do século XVIII para o início do XIX, assim visualizada por Gilberto Freyre:

Em nenhuma outra área americana, ao que parece, o palanquim, a esteira, a quitanda, o chafariz, o fogo de vista, a telha côncava, o bangüê, a rótula ou gelosia de madeira, o xale e o turbante de mulher, a casa caiada de branco ou pintada de cor viva e em forma de pagode, as pontas de beiral de telhado arrebidadas em cornos de lua, e azulejo, o coqueiro e a mangueira da Índia,

a elefantíase dos Árabes, o cuscuç, o alfeolo, o alfenim, o arroz-doce com canela, o cravo das Molucas, a canela de Ceilão, a pimenta de Cochim, o chá da China, a cânfora de Bornéu, a muscadeira de Bandu, a fazenda e a louça da China e da Índia, os perfumes do Oriente, haviam se aclimado com o mesmo à-vontade que no Brasil; e formado com valores indígenas europeus e de outras procedências o mesmo conjunto simbiótico de natureza e cultura que chegou a formar no nosso País. É como se ecologicamente nosso parentesco fosse antes com o Oriente do que com o Ocidente que (...), só se manifestaria, entre nós, através de alguns daqueles estilos e de algumas daquelas substâncias inglesas e francesas de cultura generalizadas no litoral brasileiro após a chegada de Dom João VI ao Rio de Janeiro (Freyre: 1981, v.1, p. 424-425).

A ocidentalização do Brasil subordinar-se-ia, portanto, ao terreno econômico, que passaria a ser predominantemente comandado pelo capital inglês, industrial e comercial, num processo que avançaria os caminhos da República, antes e depois de 15 de novembro de 1889. E essa penetração tão forte e bem dirigida do capital inglês não poderia deixar de representar alterações significativas, tanto nas relações de produção como no desenvolvimento das forças produtivas. À Inglaterra interessava conquistar mercado para os seus produtos manufaturados, sem que isso significasse apenas sua importação pelo Brasil. Para alterar o quadro tão forte das influências orientais, era preciso fazer algo mais do que colocar aqui produtos manufaturados, em substituição muitas vezes de produtos artesanais. Seria necessário também abrir espaço para mudanças nas relações de trabalho, aumentando assim o mercado interno, derivando-se daí todo o empenho da Inglaterra em abolir a escravidão do Brasil. Abolindo-se a escravidão, estaria eliminado um dos principais elos de ligação do estilo de vida brasileiro com o Oriente. Por isso, houve tanta restrição e luta, a este respeito, por parte dos interesses patriarcais e escravocratas. Os brasileiros, do campo e da cidade,

não viam como substituir o braço negro por trabalhador livre. Admitia-se que o europeu não se submeteria aos tipos de trabalho realizado pelos negros. E a entrada de trabalhadores asiáticos sofria fortes restrições, especialmente de caráter eugênico. Mas os serviços pesados, com a introdução do trabalho livre, poderiam em grande parte ser realizados com o auxílio da força animal e da máquina. Esta, já começara, inclusive, a ser introduzida, em pequena escala.

Não só os interesses comerciais brasileiros, ligados à importação de produtos orientais, que apresentavam margem de lucro extraordinariamente altas, viam-se prejudicados com a entrada dos manufaturados ingleses. A população os rejeitava inicialmente, principalmente os tecidos, que, por serem pesados, eram bem mais incômodos – para um país de clima tropical – e sem graça, do que os tecidos finos do Oriente. Os interesses industriais brasileiros também seriam ameaçados, mesmo naqueles ramos dedicados à produção de bens de consumo não-duráveis, tendência que só viria a se fortalecer com a entrada no páreo de outro grande produtor de bens manufaturados: os Estados Unidos da América, cuja influência iria começar a se acentuar na transição do Império para a República.

Não havia, nas condições então vigentes, como as influências orientais resistirem às do Ocidente: os produtos manufaturados custavam muito menos do que os produzidos artesanalmente no Oriente. Enquanto as classes ricas perdiam em qualidade e em *status*, pois deixavam de usar produtos bem mais exclusivos, as classes menos abastadas ganhavam com a mudança, pois agora tinham acesso a produtos que antes só eram usados pelos senhores e os bacharéis e doutores melhor situados, econômica e socialmente.

O Oriente é então batido pelo Ocidente, no Brasil, sendo assim manifestada sua derrocada:

Normalmente, teria sido da conveniência do Brasil a continuação, ainda por longos anos, do comércio e das abundantes relações que, durante séculos, conservaram-no em contato com uma parte do mundo de que ele se tornara ecológica e

socialmente parente. Parente pelo clima e parente pelo sistema de organização patriarcal de economia e de convivência entre raças e classes. Até que a reeuropeização intensa da sociedade brasileira, a partir dos princípios do século XIX – reeuropeização coincidente com o declínio do patriarcado nas suas áreas tradicionais de domínio rural tornou o Ocidente, remoto e vago para a mesma sociedade e para a sua cultura, ainda em formação. Tão remoto e vago que valores orientais, outrora comuns entre nós, tornaram-se quase tão raros – peças de museu, arcaísmos, curiosidades – como nos países de civilização mais acentuadamente ocidental da América (Freyre: 1981, v.1, p. 474-475).

A ampla utilização do trabalho escravo, principalmente em serviços braçais, pesados, em atendimento às necessidades do senhor de engenho, do senhor de sobrado e mesmo do mestre artesão, muitas vezes negros forros, contribuiu para o atraso da introdução da máquina no Brasil. E, em conseqüência, para o aparecimento e crescimento da indústria. Com a introdução da máquina, o capitalista inglês procurou limitar e abolir a escravidão, atendendo aos seus interesses econômicos, pois com a máquina se produzia mais e melhor. Penetrando e dominando os meios de produção, o capital contribuía para aumentar a produtividade do trabalho, subordinando-o aos seus domínios, ainda que de maneira apenas formal. A subordinação real do trabalho ao capital só viria a ocorrer bem mais tarde, e em zonas de produção onde o capital industrial predominasse sobre as outras formas.

Em sua luta para substituir o trabalho escravo, o inglês agiu ainda em outras direções, procurando, por exemplo, aperfeiçoar o uso da tração animal, *lato sensu*. Eis o que diz Gilberto Freyre neste sentido:

O que aqui se sustenta, (...), é que os ingleses concorreram por meio do aperfeiçoamento da técnica de produção e de transporte animal – aperfeiçoamento tanto de ordem técnica como de

ordem moral – e, principalmente, por meio de nova técnica de produção e de transporte – a mecânica, a vapor – para dificultar a sobrevivência da escravidão entre os homens. O que não significa que em sua luta a princípio meio vaga, depois sistemática, contra a escravidão, no Brasil, não agissem por motivo de crua rivalidade econômica: a da produção mecânica a vapor, ainda cara, com a produção por meio do braço escravo ou servil, por algum tempo mais barata que a mecânica ou a vapor, dada a situação do escravo em áreas tropicais em comparação com a do operário em áreas de clima frio e de vida mais cara do que nos trópicos (Freyre: 1981, v.1, p. 491).

Essa preocupação do inglês em aperfeiçoar o uso da tração animal, especialmente para o transporte de mercadorias, que Gilberto Freyre tão bem assinala, tinha o sentido especial de acabar com o uso dos chamados negros de ganho:

Grande parte da riqueza ainda patriarcal e já burguesa do Rio de Janeiro como de Salvador, do Recife ou de São Luís do Maranhão estava, até a predominância do transporte por animal sobre o transporte por negro, nesses escravos de ganho, alugados pelos seus senhores como se fossem cavalos de carro ou bestas de transporte. Espécie de tropa de mulas levadas pela 'madrinha' (ou seja, a mula líder da tropa – o parêntese é nosso) que era o negro do maracá (Idem, p. 501).

A permanência do trabalho escravo significava também postergar o trabalho rotineiro, dificultando a introdução de qualquer progresso técnico ou a dominação do capital comercial pelo capital industrial. Para isso, seria necessário instituir o trabalho livre e o assalariamento. Mas se os proprietários eram avessos às modificações técnicas, o mesmo acontecia com os negros. De fato, “ao negro, quando escravo, não interessavam, de ordinário, melhoramentos mecânicos que ele supunha virem aumentar-lhe se não o trabalho, as preocupações, e as responsabilidades. Mas, perdida a condição de trabalhador escravo, a situação se alterava.”

Ao que parece, depois do técnico ou do artesão estrangeiro foi o “negro livre, o pardo ou o mulato de cidade, o elemento que com mais entusiasmo concorreu para a mecanização do trabalho entre nós. E isto por enxergar ele no seu domínio sobre a máquina meio de se elevar socialmente; de melhorar seu status” (Idem, p. 527-528).

Foram esses os elementos responsáveis pela generalização do uso da máquina no Brasil, especialmente facilitada com os trabalhos de mineração, a construção de estradas e as fundições, que necessitavam de força de trabalho qualificada, apta para os serviços de conservação e manutenção. Assim sendo, “esse novo tipo de homem e essa nova raça de mecânicos, não os criaram só a mineração e a estrada de ferro: também as fundições” (Idem, p. 533).

O ano de 1882 marcaria “o ano típico da revolução técnica social e não apenas comercial ou econômica por que vinha passando o Brasil desde 1808”; exportávamos nesse momento produtos exclusivamente de origem agrícola e animal e começávamos a importar largamente produtos como

aço, ferro, cobre chumbo em barras ou sob a forma de amarras, âncoras, arame, arreios de carro ou de cavalo, carruagens, instrumentos de cirurgia, chumbo de munição, fechaduras de porta, candeeiros, cobre para ferro, folhas-de-flandres, pregos, arame, máquinas, caldeiras, fornos, relógios, fogões, carvão-de-pedra (Freyre: 1981, v.1, p. 541).

Eram esses produtos importados os reflexos das mudanças que iam ocorrendo com a substituição do trabalho escravo, nos serviços mais pesados, pela tração animal. Mas significavam também o começo da indústria e a completa preponderância do Ocidente sobre o Oriente.

4. Transformações Políticas, Econômicas e Sociais na Virada do Século XIX.

Ao examinar em conjunto as obras que constituem a espinha dorsal da contribuição de Gilberto Freyre, em busca de explicação sobre a formação da família e da sociedade brasileiras,

especialmente com a preocupação de ver como esse autor estudou a evolução do capitalismo no Brasil, ocorre-nos levantar uma questão, parcialmente tocada ao longo destes comentários: é coerente o pensamento de Gilberto Freyre sobre o assunto que nos ocupa? Ou ele o trata de forma fragmentada, antecipando o que não devia e esquecendo aspectos relevantes da matéria?

Estamos convencidos de que não constitui exagero dizer *sim* em relação ao primeiro desdobramento da questão e *não* ao seu segundo aspecto, sem que isto signifique qualquer juízo apologético sobre a obra do autor. Essa breve introdução vem a propósito do encaminhamento dado aos comentários sobre o terceiro ensaio estudado: *Ordem e progresso* (Freyre: 1974), que dá seqüência aos dois anteriores, mostrando como se realizou a transição do Império para a República. Diga-se mais o seguinte: ler uma obra como *Ordem e progresso*, sem conhecer *Sobrados e mucambos* e *Casa-grande & senzala*, não deixa de constituir passo importante, em direção ao conhecimento do que ocorreu no Brasil do final dos anos setenta do século XIX, até 1920, mas será passo sem referências seguras sobre os elementos que condicionaram a proclamação da República.

É necessário chamar a atenção para mais um ponto, sobre a terceira obra da trilogia freyreana, que é o seguinte: embora este autor não pretenda fazer história econômica, ele se preocupa, nas duas primeiras obras examinadas, em ser criterioso e preciso nas abordagens feitas sobre as questões econômicas, embora não as aprofunde tanto quanto possam ter desejado alguns dos seus críticos. Em *Ordem e progresso*, o assunto chega a ser tratado com idêntica preocupação. Nessa obra, no Tomo II, há todo um capítulo destinado ao exame das questões econômicas. Não é o texto de um economista, mas nele está examinada, no essencial, segundo a visão e método de pesquisa do autor, a evolução econômica do País, na transição do Império para a República.

No contexto da leitura aqui realizada, esse não é o ponto forte de *Ordem e progresso*, mas não lhe reduz o brilho. Nem a importância. Mesmo porque esse ensaio situa-se muito mais na esfera do domínio político do que no da história econômica. Nele o autor continua centralizando suas preocupações nos domínios antropológico e psicológico. Ênfase neste sentido é dada em

manifestação posteriormente apresentada sobre o caráter da obra (Freyre: 1981a, p. 1-3):

É evidente que nunca me especializei em sociologia da política. Mas é também certo que à margem dessa sociologia, tenho agitado, de modo por vezes novo, problemas de caráter político. Modo que, talvez, só os especialistas facciosamente ideológicos da matéria poderão pretender que deva ser considerado aspecto de todo insignificante do que tem sido minha atividade à margem da política – inclusive como constituinte de 46. Como deputado federal. Como delegado do Brasil à ONU.

Ordem e progresso marca, conforme assinalado por Gilberto Amado, citado por Gilberto Freyre, contribuição considerável

ao estudo do desenvolvimento brasileiro, na sua fase de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, do regime monárquico para o republicano: transição com inevitáveis relações com idéias políticas, quer de oposição à velha ordem, quer de apologia da nova. Daí ser difícil subestimar-se tal contribuição sem incorrer-se em deficiência no trato das relações, no Brasil, entre idéias políticas e situações brasileiras (Freyre: 1981a).

Com essa manifestação o autor não pretendia alterar a ênfase ao esforço de interpretação por ele empreendido em *Ordem e progresso*, a respeito da evolução da ordem social brasileira, no meio século que vai de 1870 a 1920, como foi destacado por Gilberto Freyre na Nota Metodológica inserida no Tomo I de *Ordem e progresso*. No artigo publicado pela *Folha de S. Paulo*, antes referido, sua intenção era a de salientar o fato político, dada a prevalência no momento por ele estudado das idéias políticas no País, que foram inclusive também determinantes para a passagem do regime monárquico para o republicano. Ao usar critérios antes antropológicos e psicológicos do que históricos, para reconstituir a ordem social de então, o que Gilberto Freyre faz é enfatizar, de modo particular, o movimento, a transformação dos valores, sem esquecer de considerar também as constâncias das formas e dos processos (Freyre: 1974, XXXI-XXXII).

Sem deixar de se apoiar em material de pesquisa histórica (manuscritos, livros, pronunciamentos, etc.), o autor usou como base principal de análise depoimentos de homens e mulheres – figuras notáveis ou não – que viveram ou nasceram no transcurso do período por ele estudado para a produção dessa obra. Trata-se de procedimento, em parte, análogo ao que utilizara para escrever *Sobrados e mucambos*, quando também se apoiou em pesquisas exaustivas sobre os jornais da época, assim como em outras obras (Freyre: 1940; Freyre: 1977).

Como foi feito em relação aos dois ensaios anteriores, não se tenta fazer uma síntese de *Sobrados e mucambos*. Trata-se é de pôr em evidência pontos que parecem mais importantes, em face dos objetivos deste trabalho. Destacam-se, assim, as seguintes questões: a República tal como vista pelos europeus, a presença americana na economia e o nascimento da indústria.

Destaque-se, antes, o sentido que se dá aqui à transição de um regime político para outro. Primeiro, como Gilberto Freyre se expressa em relação à passagem da Monarquia para a República:

Nenhum regimem (sic) ou sistema, nem econômico – como o de trabalho – nem político – como o de governo – se deixa substituir de todo por outro, da noite para o dia; e na vida das instituições, essa transição dura às vezes tanto, em suas contemporizações de natureza sociológica, que as datas de registro do fim deste regimem ou de começo daquele sistema, não significam, em sua pureza ou rigidez cronológica, senão mudanças de superfície. As verdadeiras transformações se verificam num ritmo que não sendo nem cronológico nem sequer lógico é principalmente psicológico, além de sociológico (Freyre: 1974, p. 387).

É nesta perspectiva, de quem sabe muito bem do que está tratando, que o autor vê na República resquícios concretos do regime monárquico, expressos quer na atividade econômica (a luta contra o avanço das forças produtivas capitalistas, na agricultura e na indústria), quer na atividade política (a adesão ao novo regime de monarquistas importantes, competentes e sérios, como o Barão

do Rio Branco, Joaquim Nabuco e o Barão de Lucena). Gilberto Freyre destaca aspectos também salientados por Joaquim Nabuco, que, na transição, corresponderiam a se ter uma monarquia republicanizada.

Vejamos, em segundo lugar, como Celso Furtado vê essa questão. Na transição trava-se uma guerra entre dois interesses opostos, por maiores que possam ser as variações, ou seja, as contradições internas de cada um desses dois interesses mais gerais. Em *A pré-revolução brasileira*, ele diz que “A economia do Nordeste tende a comportar-se, *vis-à-vis* da do Centro-Sul, de forma similar ao setor artesanal de uma economia em processo de industrialização em face das novas manufaturas.”Salienta também, embora que em relação a um contexto diferente, como se comporta o elemento mais fraco de uma economia como a do Nordeste, na luta contra a fase de mudança de uma formação social para outra: “não podendo concorrer, traumatiza-se ou desagrega-se” (Furtado: 1962, p. 50).

A visão dos europeus sobre o significado da proclamação da República foi, para Gilberto Freyre, bastante limitada, por que não o entenderam em suas múltiplas variações. E a limitação estaria circunscrita à circunstância de que os europeus, não conseguindo compreender a origem da formação da família brasileira, deixaram de entender as profundas modificações sociais e culturais, por que o Brasil passara e ainda iria enfrentar após a República. A reação à revolta republicana não foi a de uma raça apática, como a entendeu Mr. E. F. Knight, o homem do navio *Alerte*, que, em suas expedições à Ilha da Trindade, em busca de um tesouro inexistente, viu o Brasil do alvorecer republicano. A *apatia* dos brasileiros, que Mr. Knight imaginara ter havido em relação à República de 89, ligar-se-ia

à singularidade de conservar-se a América Portuguesa, monárquica, entre repúblicas demasiadamente 'progressistas' nos seus sonhos. Pelo fato de ter (o Brasil) se separado de Portugal, continuando sob o governo monárquico (Freyre: 1974, p. 3-12).

Essa *apatia*, na realidade, foi apenas aparente, pois houve lutas, algumas delas sangrentas, como as que tiveram lugar, por exemplo, no Maranhão, entre militares republicanistas e negros e ex-escravos monarquistas, defendendo os últimos interesses que eles julgavam mais legítimos, representados pela Monarquia (Idem, p. 12-13). Afinal, fora sob o Império que eles haviam sido libertos.

Mas as razões dos europeus tiveram manifestações mais práticas, *v. g.*, no domínio econômico, ainda que mesmo assim não se verificasse uma compreensão clara do seu significado. Raros foram os que compreenderam que o novo regime, sob o lema da “Ordem e do Progresso”, era muito mais autoritário do que libertário, por conta da própria ideologia que alimentava e animava os republicanos: o positivismo. “Aos positivistas é evidente que a substância monárquica no Brasil se afigurava arcaica; mas não a forma autoritária de governo.” E eles (os positivistas) subiram ao poder querendo preservar essa forma autoritária, com todas as suas manifestações centralistas (Idem, p. 17).

A impressão geral de ingleses e franceses era diversa.

Quase todos os europeus em contato com o Brasil receavam, naqueles anos, a nova situação brasileira, lamentando o colapso da Monarquia; e, quando muito, saudando, no início da experiência republicana, o começo de uma possível política econômica de progresso que favorecesse, mais do que a do Império, as exportações européias para o mercado brasileiro (Idem, p. 17).

Os receios estavam assim circunscritos à possibilidade de eventuais perdas de mercado, embora os ingleses – fomentadores da abolição da escravatura, fato político e econômico de repercussões tão significativas quanto a própria República –, por acordos diplomáticos anteriores (como os que garantiram a Independência), dispusessem de regalias um pouco parecidas com as vigentes na época do “exclusivo metropolitano”, para usar a precisa expressão de Fernando Novais (Novais: 1977).

Não era possível, talvez, aos estrangeiros compreenderem o que estava ocorrendo após a República ser proclamada, pois

havia mais a entender, não apenas o passado histórico, mas o que Gilberto Freyre, adotando a definição de Unamuno, chama de passado intra-histórico, isto é:

Um passado intra-histórico – o brasileiro – que após a surpresa do primeiro momento de inovação revolucionária – surpresa causada no brasileiro médio pelo 15 de Novembro – começou a reagir à República, triunfante pelas armas, absorvendo-a na sua constante de ordem; na sua mística de unidade; na sua disposição ao conciliável com essa mística e com aquela constância (Freyre: 1974, p. 26).

O certo é que se passaria a aceitar a República – e é isso o que Gilberto Freyre demonstra por meio de numerosos depoimentos –, mantendo-se um elo do passado com o futuro, por mais incerto que fosse o último. Buscavam-se também adaptações:

O arcaísmo monárquico entre nós se adaptaria ao desafio do futuro, modernizando-se como sistema monárquico; descentralizando-se; tornando-se federal; americanizando-se; mas conservando-se Monarquia. Monarquia separada da Igreja e da grande Propriedade, porém mais identificada com as Forças Armadas e com a gente média que a Monarquia de Pedro II (Idem, p. 27).

As transformações de natureza econômica trazidas pela República resultaram de processo de mudanças que vinha tendo curso desde o Segundo Reinado, e sobre elas já foram fixados alguns pontos, como os referidos durante o exame de *Sobrados e mucambos*, quando se tratou da dominação do Ocidente sobre o Oriente e das relações entre homem (o escravo), animal e máquina. Nesse sentido, o 13 de Maio de 1988 e o 15 de Novembro de 1989 acelerariam, sem possibilidades de retorno, qualquer conciliação entre a Monarquia e a República. Impossibilidades que para Ramalho Ortigão, citado por Gilberto Freyre, não teriam feito os homens que determinaram o acidente militar de 15 de Novembro, tão diversamente julgado pela crítica européia *senão* acelerar o progresso, simplificando, pela supressão de quantidades

supérfluas, a resolução do problema social na civilização brasileira” (Idem, p. 53).

Esse progresso estaria também subordinado à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. A ele, Gilberto Freyre dá um sentido amplo, considerando tanto as sobrevivências monárquicas como as dominâncias republicanas, que é o de atribuir ao adjetivo “cultural” sentido “compreensivamente sociológico. Designando, portanto, todo um conjunto de valores e de estilos, de técnicas e de hábitos; e não apenas referindo-se aos primores de ciência, de arte e de literatura” (Idem, p. 141).

As alterações decorrentes do progresso que se vai instaurando no Brasil sofrem uma profunda modificação, que tende a se tornar cada vez mais visível, notadamente no plano econômico, pela mudança que se dá na inspiração que preside a própria direção do progresso. Essa inspiração passa a deixar de ser exclusivamente européia – francesa e inglesa –, e tende com forte influência para os Estados Unidos, dada a prevalência exercida na política e na economia, durante esse momento, por Ruy Barbosa (Idem, p. 143).

A *presença americana* toma corpo com a República, embora ela tivesse começado a se fazer sentir ainda com Pedro II, que, apoiando a indústria, “desejava ver no Brasil máquinas modernas, pacificamente agrárias e industriais; e não canhões.” As manufaturas americanas penetram os mercados urbanos brasileiros, chegando também ao campo pela introdução de máquinas agrícolas em áreas onde a agricultura já se vinha transformando, sob o domínio mais intenso do capital, como em São Paulo; importam-se locomotivas e muitos outros maquinismos. E tudo vai acontecendo sob uma espécie de coordenação que segue as inspirações de Ruy Barbosa, um homem controvertido, conservador, porém industrialista (Idem, p. 144-148). A penetração do capital americano, com o apoio de Ruy Barbosa, ampliou-se, sendo notável a presença de um grupo ao qual ele se ligara fortemente, o de Percival Farquhar.

Forte, visível e apoiada oficialmente, essa presença americana seria, entretanto, muito combatida, conforme os inúmeros depoimentos colhidos e comentados por Gilberto Freyre.

As restrições, tal como apresentadas pelo autor, não estão caracterizadas analiticamente sob a perspectiva clara da dominação capitalista. Muitos desses depoimentos correspondiam a uma visão da presença americana inserida na linha de que os Estados Unidos seriam uma espécie de “bicho papão”, quando não diziam respeito a simples mudança de costumes. Mas as reações de que trata Gilberto Freyre são de caráter estritamente impressionista, pessoal e volitivo, emitidas por todos os personagens, ilustres ou não, de quem ele tomou seus numerosos depoimentos. Não houve uma reação institucional, organizada, contra a influência desse tempo social americano, bem distinto do brasileiro (Freyre: 1974, p. 150-157).

Essas transformações, notadamente as verificadas no plano econômico, implicariam em agudos problemas financeiros, por alguns atribuídos à incapacidade de Ruy Barbosa para gerir as finanças nacionais. Essa *degringolade* (palavra segundo Gilberto Freyre, empregada por J. P. Wileman e que se aportuguesaria em *degringolada*) nas finanças brasileiras tinha, entretanto, raízes econômicas mais profundas, ligadas à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e à própria gestação da indústria, a partir do *capital cafeeiro*. Gilberto Freyre não penetra essas sendas, explicando as dificuldades que iam emergindo e o próprio nascimento da indústria por outros meios. Para ele,

o Brasil nunca foi país de um tempo social ou psicológico ou cultural só, a mover-se num mesmo ritmo de norte a sul ou de leste a oeste do Império ou da República, mas sujeito a vários desses tempos, às vezes contraditórios; e mais adiantados, nuns espaços, mais retardados, noutros (Idem, p. 390).

No novo espaço-tempo social das proximidades do 15 de Novembro de 1989, quando se expande a lavoura cafeeira e se vão fechando as possibilidades econômicas de regiões como o Norte, onde já predominara, para depois entrar numa letargia permanente, a monocultura latifundiária e escravocrática da cana-de-açúcar, desloca-se o centro econômico de gravidade do Norte para o Sul. Nos primeiros anos da República, São Paulo se torna o novo centro econômico do País. Diz Gilberto Freyre a respeito:

*Durante aquele decênio não só se definiu de modo completo a supremacia do café na economia agrária do País como à sombra dessa supremacia acentuou-se um desenvolvimento industrial que vindo de Mauá – um Mauá grandioso mas quase único – acentuou-se com o aparecimento, no Sul do Brasil, de vários Mauás, menores porém vários, que principiaram a competir com artigos das indústrias estrangeiras sob a dupla proteção de tarifas e de fretes. Para Normano (o autor se refere a J. F. Normano, que escreveu *Brazil: a study of economic types*) o período da verdadeira criação da indústria brasileira com esses vários Mauás sulistas foi de 1885 a 1914 (Idem, p. 393).*

Daquela prevalência no domínio econômico e na esfera industrial, conseguida porque os líderes paulistas souberam promover o futuro econômico do seu estado, com forte apoio do Estado, o autor derivou sua concepção sobre as diferenças regionais no Brasil. O atraso relativo de regiões como o Norte e o Nordeste ter-se-ia dado e acentuado por motivos de natureza política, por meio do tratamento preferencial concedido pelo governo central a Estados como São Paulo, em detrimento do Norte e do Nordeste. É bem verdade que Gilberto Freyre destaca fatores econômicos de maior poder explicativo, como a lenta substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, nas Províncias do Norte e do Nordeste, e as melhores condições ecológicas do Sul, em matéria de agricultura, quando comparadas com as do Nordeste (Idem, p. 394-400).

Essa concepção sobre as causas das diferenciações regionais de desenvolvimento no Brasil, que está presente em Gilberto Freyre, é compatível com sua visão humanista do desenvolvimento capitalista. Embora se trate de uma visão simpática a muitas correntes de pensamento, ela não se coaduna com a dinâmica própria do desenvolvimento do capitalismo, que se movimenta apenas em direção de áreas capazes de propiciarem as maiores margens de lucro possível. Sua concepção sobre o progresso brasileiro também reflete uma compreensão restrita a respeito das feições mais específicas do desenvolvimento

em bases capitalistas. Para ele, o progresso nacional naquela época era confundido com o progresso industrial. Se outro tivesse sido o rumo do progresso nacional, o Brasil “teria tomado sob a República um sentido mais amplo do que o que tomou; e teria incluído a valorização sistemática da agricultura e da pecuária.” A valorização das atividades agrárias, para o autor, deveria vir em primeiro lugar (Freyre: 1974, p. 472).

Gilberto Freyre acreditava que a industrialização levava perigo para a agricultura e a pecuária. Essa sua compreensão parece derivar-se do fato de ele não haver trabalhado mais a fundo certos conceitos, como os de desenvolvimento e indústria. Ora, no capitalismo, a agricultura desenvolvida é indústria. Depende desta para se desenvolver, embora tenha (ou possa ter) fornecido a base para a acumulação de parte do capital necessário ao desenvolvimento industrial. A agricultura desenvolvida em bases capitalistas só avança quando é dominada pelo capital industrial. Do contrário, sua base técnica tende a estacionar, e nessa situação seu funcionamento só atende aos interesses agrícolas e pastoris mais conservadores, sancionados neste caso pelo Estado. E este, capturado por aqueles mesmos interesses, passa a agir em função dessa esfera de poder. Sem a dominância do capital industrial, em São Paulo, sobre o capital cafeeiro, de início comercial e agrícola, a industrialização brasileira, a partir de São Paulo, não se teria realizado.

Dali decorre uma percepção menos afinada de Gilberto Freyre sobre as origens do progresso nacional. Para ele, as transformações ocorridas na sociedade brasileira, por meio da indústria, resultaram, em boa medida, do papel desempenhado por alguns Mauás, dentre os quais credita grande importância a Percival Farquhar (Idem, p. 440). Esse *tycoon* do capitalismo americano foi um dos financiadores da Estrada de Ferro Madeira – Mamoré. Ruy Barbosa, considerado um industrialista, por Gilberto Freyre, chegou a trabalhar para Farquhar. Esse grupo, entretanto, se desempenhou papel importante em relação ao desenvolvimento industrial do Brasil, o fez às custas da obtenção de lucros extraordinários, baseada em processo em tudo semelhante ao da acumulação primitiva, porque prévia, violenta e legitimada pelo

Estado, aspecto preciosamente demonstrado em livro de Márcio Souza (Souza: 1980).

Ao tratar da questão regional na Amazônia, Gilberto Freyre lamenta que não tivesse aparecido, dentre escritores e pesquisadores brasileiros, um romancista da Amazônia, no período de expansão da *hevea brasiliensis*, denunciando as atrocidades ali cometidas contra os nativos⁹. O vazio representado pelo lamento de Gilberto Freyre, quanto ao aparecimento de um outro Euclides da Cunha, para escrever o romance epopéico da Amazônia, já não mais existe. Márcio Souza, um amazônida, ainda que aparecendo para as letras nacionais, em outro momento – a década de setenta do século XX –, é esse escritor, lúcido, perspicaz e extremamente preciso, em seu esforço de reconstituição de um dos períodos mais importantes da Amazônia brasileira. O exame da “epopéia” do grupo Farquhar no Brasil foi brilhantemente analisado por ele, em seu romance *Mad Maria*, que trata, em sua temática central, do sacrifício a que foram submetidos trabalhadores brasileiros, indianos, alemães e japoneses, envolvidos na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. No mesmo romance, Márcio Souza examina o envolvimento de autoridades brasileiras com o capital estrangeiro, cumulado de favores.

9 “É pena que em revelar ao Brasil, de modo sistemático, objetivo e não apenas retórico, tal situação, não se tenha destacado no período republicano nenhum dos brasileiros de ‘temperamento ardentemente liberal’ que, nos grandes dias da borracha, se deixaram seduzir pelo romance amazônico: os João Barreto de Meneses, os Efigênio Sales, os Carlos Dias Fernandes, os Trajano Chacon, os Gonçalves Maia. Nenhum deles teve o arrojo de se embrenhar pela selva: de observar com olhos euclidianos o drama dos seringais, anotando minúcias, documentando observações, analisando fatos miúdos mas significativos de exploração dos caboclos pelos brancos ou semibrancos ávidos de lucros; de colher informações exatas sobre a luta que foi a construção da Madeira – Mamoré. Excetuados Euclides – homem de gênio – e um ou outro (...), nenhum se salientou na época aqui considerada, por observações parassociológicas já não diremos sistemáticas, mas sequer panfletárias ou jornalísticas – como foram aliás, em grande parte, as do próprio Euclides – que, reduzidas a romance ou a poema ou a peça de teatro ou a ensaio, tivessem não só enriquecido a literatura brasileira com algumas páginas dignas de fazer companhia, ninguém diria que a *Os sertões*, de Euclides, nem mesmo a *Canaã*, de Graça Aranha, mas a *O missionário*, de Inglês de Souza ou *A pesca na Amazônia*, de Veríssimo, como despertado a sensibilidade brasileira ou americana ou europeia para situações tão pungentes; e concorrido para providências do Estado a favor de populações tão sofredoras” (Freyre: 1974, p. 429-430).

5. Transcrição do Escrito de Gilberto Freyre sobre o Texto de Otamar de Carvalho, acima Reproduzido

Idôneo e objetivo em seus comentários às perspectivas sob as quais procurei apresentar a formação psicossociocultural da sociedade brasileira como sociedade principalmente patriarcal e por algum tempo escravocrática, e sempre miscigenada em população e em cultura, Otamar de Carvalho, entretanto, parece convicto de uma deficiência séria, nessa apresentação: a de não dar ênfase, segundo o Marxismo militante, à luta de classe por considerá-la inadequada à situação brasileira.

A verdade é que, nessa apresentação, procurou-se seguir uma perspectiva, não marxista, não como sistemático anti-marxismo ideológico, mas sob o critério de ser uma formação, a brasileira, susceptível de uma interpretação, em vez de predominantemente econômica, segundo o marxismo militante, predominantemente psicossociocultural, nessa predominância incluindo-se, além de abordagens histórico-sociais, provocações de testemunhos autobiográficos comparáveis, considerações ecológicas e étno-culturais particularizadoras de situações, no Brasil, diferentes, quanto ao Capitalismo, das européias do século XIX, consideradas arbitrariamente por Marx, universais. Eram européias ou eurocêntricas e não universais. Sua projeção sobre a formação brasileira, do século XVI ao XX, encontrou circunstâncias que as modificaram. Entre essas circunstâncias, a ecologicamente tropical, influente sobre formas sociais de convivência. Mas principalmente, uma avassaladora miscigenação biológica e, ao seu lado, uma também avassaladora interpenetração cultural, ambos esses impactos, desfavoráveis a estratificações de barreiras e de antagonismos entre classes no sentido convencionalmente eurocêntrico: o de Marx. O miscigenado biologicamente e o interpenetrado culturalmente constituíam, no Brasil colonial e do século XIX e do próprio XX, negações de situações fixas de classe. Daí numerosas ascensões psicossocioculturais, envolvendo alterações de status definido por classe ou raça fixa.

O autor dos trabalhos tão perspicaz e honestamente analisados por Otamar de Carvalho não nega ter havido, no Brasil, equivalentes das lutas de classe de sentido marxista. Mas esses equivalentes envolvidos por circunstâncias próprias de uma sociedade, como a brasileira, de numerosas gentes miscigenadas biologicamente e de considerável interpenetração de culturas – mesmo quando se verificaram conflitos socioculturais ou ecológico-culturais, que, sob essas culturas, verificou-se, no Brasil, foi um processo de formação pré-nacional continuado por outro, nacional, que escapa a uma aplicação ou interpretação rigidamente, ou eurocentricamente, econômica, de um critério marxista de luta de, ou entre, classes. Situações que levariam o autor dos trabalhos analisados por Otamar de Carvalho a uma interpretação nova e pioneira e, como tal, além de previsões de mestre, como Boas.

Sugiro a Carvalho a leitura destes outros meus trabalhos: Contribuição para uma Sociologia da Biografia (Fundação Cultural do Mato Grosso), Como e porque sou e não sou sociólogo, (Universidade de Brasília), Além do apenas moderno (José Olympio Editora) e Casa-grande & senzala, obra didática (Editora Catedra, Rio).

Gilberto Freyre

Recife, 18 de novembro de 1981”

Bibliografia Citada

- CALLADO, Antônio. "Retrato completo de Gilberto Freyre faz falta". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de dez. 1996. (Folha Ilustrada.).
- _____. "Revolução estoura na Casa-Grande de Freyre". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 de jan. 1993. (Folha Ilustrada.)
- CARDOSO, Fernando Henrique. "À espera de grande indústria & favela". *Revista Senhor (Vogue)*. São Paulo, nº 2: 115-117, mai. 1978.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*; campanha de Canudos. 25. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1957.
- FOLHA DE S.PAULO. *Caderno Mais!* "Céu & Inferno, de Gilberto Freyre", *Folha de S. Paulo*, São Paulo, nº 422, 12.03.2000.
- FONSECA, Edson Nery da. *A obra de Gilberto Freyre*; bibliografia organizada por Edson Nery da Fonseca. Recife, 1980. Mimeo.
- FREYRE, Gilberto. "A propósito de sociologia da política." *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14. 05. 81, Tendências/Debates, p. 1-3. 1981a.
- _____. *Casa-grande & senzala*; formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 14. ed. Recife: Imprensa Oficial, 1966. 1º Tomo.
- _____. *Casa-grande & senzala*; formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 14. ed. Recife: Imprensa Oficial, 1970. 2º Tomo.
- _____. *Inglêses no Brasil*: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.
- _____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937.
- _____. *Ordem e progresso*; processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime

de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974, 2 v.

_____. *Seleção para jovens*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

_____. *Sobrados e mucambos; decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981, 2 v.

_____. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

LABACK, Amir, SCHWARTZ, Gilson. "Celso Furtado, o maior economista brasileiro fala sobre seu novo livro, a renegociação da dívida e sua paixão pela literatura". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19. julho, 1992, p. 6-10. (Caderno Mais!)

MARRAS, Stélio. "O fado tropical de Gilberto Freyre". *CULT - Revista Brasileira de Literatura*, São Paulo, nº 32, p. 18-49, mar., 2000.

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1977.

RÊGO, José Lins do. *Pedra bonita*. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968. (A 1ª edição é de 1938.)

RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p. 109-173.

SOUZA, Márcio. *Mad Maria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Romance.)

SUASSUNA, Ariano. *Romance d'A pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta; romance armorial – popular brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971.